

Por Bruna Chieco



Em uma reunião de condomínio, famílias que têm situações mais confortáveis, intermediárias e mais pobres, às quais as condições mais básicas não estão disponíveis, discutem como manter a estrutura do prédio em pé. Contudo, o prédio todo está com sua estrutura ruim. E a discussão é sobre quem tem maior capacidade de pagar por essa reforma.

Troque os condôminos por países e o prédio pelo planeta, e temos a atual situação climática que afeta todo o globo atualmente. A analogia foi feita por André Castro Santos, da Delegação LACLIMA na COP 27, durante o webinar “Mudanças Climáticas e Riscos para Investidores / COP 28: O que Esperar e Acompanhar”, realizado nesta quarta-feira, 8 de novembro, pela Abrapp em formato 100% online e ao vivo.

A discussão mostrou como as mudanças climáticas devem estar no radar dos investidores institucionais ao realizar a gestão de riscos dos ativos. “As mudanças climáticas estão ocorrendo e estamos expostos a elas. Precisamos trabalhar com mitigação e adaptação”, disse Santos.

O Diretor-Presidente da Abrapp, Jarbas Antonio de Biagi, reforçou que o papel das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) é justamente o de investir recursos em ativos reais, títulos, ações, na sociedade. “Uma vez bem investidos, esses recursos retornam para o participante, quando ele consegue receber o benefício. Quando o recurso chega ao participante, ele retorna à sociedade em forma de consumo. É o que chamamos de ciclo virtuoso”.

Mas quando falamos de investimentos, Biagi destacou que as matrizes de riscos definem como investir da melhor maneira possível. “Um desses riscos é o ambiental. Nossa atividade só tem razão de ser se o investimento for saudável. Por isso, a Abrapp criou um Comitê de Sustentabilidade para estudar esses temas”.

Segundo ele, a realidade retratada por Santos já se impõe, e não há mais tempo para pessoas sem tanta confiança de que essas mudanças climáticas afetarão fundamentalmente os resultados dos investimentos.

“Nós vimos, na semana passada, um evento climático catastrófico em São Paulo, com prejuízos para todos, investidores, moradores, incorporadores e os próprios órgãos públicos. Esse risco não foi mensurado com a devida valia, respeito e cautela. No nosso segmento, temos o compromisso de investir bem, e de forma sustentável, assegurando a gestão desses riscos”, pontuou.

Para Raquel Castelpoggi, Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Abrapp, o webinar foi uma maneira de instruir e informar as EFPC sobre a urgência de se tratar desse tema. “Estamos na terceira série de webinars, que teve origem em um estudo feito em 2021, através do relatório de sustentabilidade do setor”, explicou.

Foi com base nesse estudo que o comitê identificou que as entidades informaram ter a integração ESG em suas políticas, até mesmo porque a atual legislação assim exige, mas o tema não tinha a criticidade necessária, em especial a parte ambiental e social.

“Com relação a mudanças climáticas, encontramos um gap bastante preocupante que poderia impactar no desempenho e solidez do setor”, pontuou. “Os investidores precisam de um olhar atento para esse tema. Podemos ser os grandes protagonistas no Brasil, como investidores que se preocupam com o social e o ambiental”, disse Castelpoggi.

COP 28 - Para abordar a importância da [COP 28](#), que inicia em 30 de novembro e vai até 12 de dezembro, o que esperar e como ela afeta os investidores, foram convidados especialistas no tema

para participar do webinar, que teve moderação de Marina Briant, Gerente de Programas da NINT – Natural Intelligence.

A 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrerá em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e deve resultar em ações concretas sobre o tema em comparação com a COP 27, quando muitas negociações ficaram ainda no papel.

“É uma convenção mais principiológica, como se fosse uma constituição e partir daí leis, decretos e normas vão sendo constituídos”, explicou Santos. Segundo ele, na COP também são trabalhados temas de negociação, como transferência de tecnologia, financiamento do mercado de carbono, capacitação, perdas e danos, transição justa, gêneros, povos indígenas, etc., e ao final da conferência, as decisões são colocadas em plenário e são aprovadas.

Rodrigo Sluminsky, que também faz parte da Delegação LACLIMA na COP 27, destacou que existem mais de dez discussões na COP sobre financiamento climático. Entre as mais relevantes, está o New Collective Quantified Goal, que é uma nova meta de financiamento.

“Tudo isso tem a ver com governança: como esse dinheiro será gerido”, disse Sluminsky. “Além disso, quem paga pela demora na ação?”, questionou. Segundo ele, a governança de clima precisa incorporar os riscos climáticos no DNA das seguradoras e instituições financeiras. “Não sejamos rasos na questão do risco climático”, pontuou. “É de nossa responsabilidade revisar a matriz de materialidade e de riscos, incluindo esses assuntos”.

Protagonismo do Brasil – “A diplomacia do Brasil é reconhecida, e o país construiu uma relação de confiança da grande maioria das partes nesse processo”, disse Santos.

“O Brasil quer se colocar como grande articulador e país de liderança na valorização da floresta, mas também se coloca como um dos países que é um dos principais produtores de petróleo”, complementou.

O país sediará a COP 30, o que abre um ciclo novo ao país, disse o especialista. “Mas precisamos internamente entender como o país se coloca com relação a combustíveis fósseis, o que traz um desafio”, destacou.

Papel das EFPC – Perdas e danos é um dos temas relevantes da COP, e segundo Miriam Garcia, Diretora Associada de Engajamento Político da CDP Latin America, o reconhecimento disso é importante para que seja financiado para que haja transferência de tecnologia e de recursos para onde for necessário.

“Transição justa é uma agenda nova, que ainda não tem uma definição para dizer como ela se dá, e há uma tendência em se dizer que há mais de um caminho para isso”.

Para que as EFPC se preparem para atuar diretamente na causa, Garcia destaca a necessidade de acompanhar anúncios que serão feitos na COP 28, pois há um reconhecimento maior de como financiamento público e privado vão trabalhar juntos. “A tarefa é da ordem de trilhões”. A CDP também oferece uma base de dados sobre o tema.

Garcia explicou ainda que em 2014, na conferência das partes, foi criado o non-party stakeholders (NPS), que são todos os atores da economia real convidados a participar de negociações para terem compromissos voluntários em relação à questão climática.

“Não é uma pressão, é um impacto positivo para implementação do acordo, e os NPS apoiam as partes”. São compromissos voluntários, ela explicou, que ganham um departamento e embaixadores. “Tem todo esse espaço que permite essa conexão”, reiterou.

A questão da transparência sobre cumprimento de metas ganha atenção e pressão da sociedade por conta da crise climática, disse Garcia, e por isso, o Balanço Global faz uma avaliação coletiva de

como todos os países estão com relação às metas estabelecidas.

Para Marina Briant, o próprio movimento regulatório do Brasil já mostra uma demanda maior por informações climáticas das instituições financeiras. “Fica um chamado de urgência para que a gente trabalhe coletivamente nessa agenda. Olhando especificamente para as EFPC, esse chamado pode ser respondido de várias formas. Transparência e equacionamento desses riscos nas tomadas de decisão. Precisamos agir”, reforçou.

O webinar “Mudanças Climáticas e Riscos para Investidores / COP 28: O que Esperar e Acompanhar” pode ser acessado na íntegra no canal da Abrapp no YouTube.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 09.11.2023.